

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Atena Editora
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof^a Dr^a Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a. Dr^a. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a. Dr^a. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i>	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i>	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Lívia Cristina Ribeiro dos Reis</i>	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i>	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i>	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i>	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i>	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecil Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i>	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i>	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i>	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i>	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i>	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i>	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i>	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i>	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i>	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i>	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i>	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i>	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i>	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

CAPÍTULO X

GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO

**Patrícia Maria Uchôa Simões
Juceli Bengert Lima
Manoel Zózimo Neto**

GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO

Patrícia Maria Uchôa Simões

Fundação Joaquim Nabuco/Fundaj

Recife - PE

Juceli Bengert Lima

Fundação Joaquim Nabuco/Fundaj

Recife - PE

Manoel Zózimo Neto

Fundação Joaquim Nabuco/Fundaj

Recife - PE

RESUMO: A implantação do FUNDEB iniciou o debate nacional sobre o uso de recursos públicos e o investimento na Educação Infantil. A escolha por uma política de inclusão das crianças pequenas nas creches e pré-escolas vem se dando no país a partir da importância que a primeira infância vem assumindo na agenda societária e governamental. Este estudo analisou as percepções de Secretários Municipais de Educação e Conselheiros Municipais do FUNDEB em 382 municípios do Nordeste brasileiro sobre a utilização desses recursos na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, cuja amostra foi probabilística estratificada, com a participação de 382 Secretários de Educação e 2.489 Conselheiros Municipais. De forma geral, os dois segmentos, secretários e conselheiros, convergiram em suas opiniões, apenas foi revelada uma visão mais positiva dos secretários sobre a adequação das formas de investimento, no sentido de aumentar a qualidade da Educação Infantil. Como conclusão, este estudo dialoga com estudos anteriores que apontam para a priorização dos investimentos dos municípios no ensino fundamental, etapa compartilhada entre municípios e estado, mesmo considerando que as vagas nas creches ainda são insuficientes. Por fim, estudos que tragam as concepções de gestores são importantes, uma vez que para a implantação de uma política de inclusão das crianças pequenas na Educação Infantil, faz-se necessário uma mudança cultural na concepção dos diferentes atores e segmentos da sociedade sobre o direito da criança a um atendimento educacional de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Gestão; Fundeb

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 definiu o percentual mínimo para o financiamento da educação pública de 18% do orçamento da União e 25% dos impostos dos Estados e Municípios. A LDB de 1996 introduziu uma modificação nesses percentuais possibilitando os municípios utilizarem um percentual diferente para a educação determinado pela Lei Orgânica de cada cidade, sendo que deveria

ser respeitado o mínimo de 25%. Apesar dessa definição quanto aos percentuais mínimos a serem gastos com a educação básica, não há no texto da Constituição uma determinação de um mínimo que deve ser destinado com as diferentes etapas do ensino. A Constituição também define que os estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Médio, e os municípios no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Aqui também apesar de ser definido que esses entes federados devem cooperar entre si, não há uma maior especificação de como deve ser essa cooperação.

Em 1996, com a criação do Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, os estados e municípios passaram a receber recursos para a oferta da educação pública de acordo com o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. Esse mecanismo de arrecadação e distribuição de recursos provocou uma tendência nacional de retirada das crianças de seis anos da Educação Infantil e sua inserção no Ensino Fundamental pelas redes municipais com o objetivo de aumentar os recursos recebidos do FUNDEF. Muitos estudos apontam para o fato de que ao longo da década de 90, a maioria dos municípios priorizou essa etapa do ensino, direcionando esforços e recursos para essa etapa e deixando os investimentos na educação infantil sujeitos à disponibilidade orçamentária (BECKER, 2008, BASSI, 2011; PINTO, 2007).

Jesus (2008), numa pesquisa exploratória, analisou os investimentos em Educação Infantil do ano de implantação do Fundef (1996), até a aprovação do Fundeb (2007). Seus resultados ressaltam que, mesmo considerando que a Educação Infantil foi inna maioria das regiões do país, o valor/aluno ano é considerado inferior ao mínimo necessário. Além disso, assim como outros autores, o estudo chama a atenção para a necessária ação mais efetiva da União junto ao financiamento da Educação Infantil. Essa autora afirma que:

(...) Na política de financiamento à educação básica, percebemos que o Fundef foi absolutamente omissos no sentido da alocação de verbas à educação infantil. O Fundeb, recém-aprovado no Congresso, embora incluindo a modalidade, apresenta percentuais acanhados no sentido do financiamento. Ainda devemos considerar o fato de que a complementação da União manteve-se no mesmo percentual comparativamente ao Fundef. (Jesus, 2008, p.293)

Em 2007, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) que destina recursos para a Educação Básica, com a inclusão da Educação Infantil. Apesar de esse fundo ter sido um dos fatores que possibilitou a ampliação da Educação Infantil, o formato adotado na destinação dos recursos provocou perda de recursos pelos pequenos municípios por serem os que têm maior participação de transferências na receita total. Os municípios de maior porte além de ter maior autonomia e, assim, conseguir a maior parte de sua renda por meio de receitas próprias, também têm as maiores redes escolares e, portanto, um maior coeficiente de repasse do fundo, que é calculado com base no total de matrículas do município.

Dessa forma, apesar dos recursos do Fundeb destinados à Educação Infantil, a ampliação da oferta de creches permanece ligada à capacidade financeira e de recursos humanos nos municípios o que tem como consequência um acesso restrito e uma oferta com precariedade no que diz respeito à qualidade do atendimento.

Considerando o fato de que os municípios, elo mais frágil na realidade tributária do país, arcam com a maior parcela da educação infantil, e os estados priorizam o ensino fundamental (07-14) anos, caberia à União uma ação mais efetiva junto ao financiamento da educação infantil.(Jesus, 2008, p.293)

No entanto, registra-se que a proposta do FUNDEB trouxe modificações importantes na organização da participação financeira das esferas de governo. A União, que no formato de financiamento anterior passa a contribuir com valores crescentes a cada ano da implantação do Fundo. Nesta nova configuração, 60% dos recursos recebidos pelas redes de ensino devem ser aplicados na remuneração dos profissionais do magistério. Além disso, os recursos devem contemplar todas as etapas de ensino da educação básica, incluindo, por exemplo, áreas como a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Indígena e Quilombola.

Gaspar (2010) analisou a criação do FUNDEB e o financiamento da Educação Infantil no Brasil, considerando a legislação vigente e a organização do financiamento desta etapa da educação básica nas últimas décadas. Ao comparar os dois fundos de manutenção da educação, FUNDEB e FUNDEF, ressalta que a partir da implantação do FUNDEB, nota-se um avanço no atendimento da criança de zero a cinco anos. Entretanto, o autor considera que é necessário um investimento na qualidade desse atendimento, desde a ampliação da infraestrutura até a formação dos profissionais, pois é preciso considerar que o custo per capita nas creches é superior as outras modalidades da educação básica. O autor ainda ressalta a importância de se assegurar a diminuição das disparidades entre as regiões do país, no que diz respeito ao financiamento da educação básica, através de um maior aporte de recursos por parte do Governo Federal:

O Fundeb trouxe ao debate o estabelecimento de prioridades de investimentos na Educação Infantil. Realizou-se muito desde a sua implantação, diante da evidência do pequeno aumento nos orçamentos municipais vinculados ao novo modelo de fundo de financiamento. Contudo, deve-se afirmar que, ainda que pesem as dificuldades, deu-se um passo na direção de um novo conceito de escola pública e, principalmente, ensejou-se a busca pela melhoria da qualidade no Brasil (Gaspar, 2010, p.133).

Becker (2008) traçou um diagnóstico da situação de acesso e financiamento da educação infantil no Brasil que indica a crescente demanda por creches e pré-escolas e o insuficiente valor médio do aluno para creches. Apesar disso, a autora constata uma evolução no atendimento ao longo dos últimos anos em virtude das mudanças nas legislações o que pode revelar que há uma priorização do acesso em relação à qualidade do ensino ofertado. A autora ainda alerta para a municipalização

da Educação Infantil e a participação do setor privado na provisão desta etapa de ensino. Também ressalta que o maior atendimento em instituições públicas nas regiões com menor grau de desenvolvimento, como o Norte e Nordeste o que pode revelar que, nas regiões mais desenvolvidas e que concentram o maior número de matrículas, há uma maior participação do setor privado.

Em estudo recente, Bassi (2010) analisou a relação entre atendimento e financiamento da educação infantil em seis capitais brasileiras. O estudo realizou entrevistas com gestores e técnicos das secretarias de educação municipais e analisou documentos oficiais relativos à aplicação dos recursos entre os anos de 2007 a 2009. Também foram feitas consultas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação, disponíveis na página eletrônica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A análise desses dados revelou a diversidade na composição do atendimento a essa faixa etária e desigualdades entre as capitais estudadas.

Ainda são poucos os estudos que analisam a situação da Educação Infantil, considerando as mudanças advindas no contexto do Fundeb. Este estudo pretende investigar as concepções de Secretários e Conselheiros Municipais de Educação de municípios do Nordeste do Brasil sobre a utilização dos recursos do Fundeb na Educação Infantil.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla realizada na Região Nordeste cujo objetivo é analisar a atuação dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em municípios do Nordeste na gestão municipal da educação a partir da dinâmica da ação nos diferentes espaços da política educacional.

Os dados foram coletados no período de agosto a novembro de 2014.

Trata-se de um estudo de natureza quantitativa e os dados coletados foram analisados com base na estatística descritiva com auxílio do *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

A pesquisa abrangeu os nove estados da Região Nordeste e teve como base para a seleção dos municípios uma amostra probabilística estratificada por conglomerados, válida para toda a região. Os critérios para a ponderação foram baseados no tamanho da população de cada município e de cada estado e foi estratificada em quatro conglomerados definidos a partir do “Nível Relativo de Desenvolvimento Educacional do Município”, calculado com base em duas variáveis: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal referente apenas à dimensão educacional (IDHM-ED) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) referente apenas ao Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano).

Assim, os conglomerados para cada estado separadamente foram: (a) nível

alto de desenvolvimento educacional relativo; (b) nível médio alto de desenvolvimento educacional relativo; (c) nível médio baixo de desenvolvimento educacional relativo; (d) nível baixo de desenvolvimento educacional relativo. As amostras foram ponderadas pela população de cada estado e depois os municípios foram selecionados, com equiprobabilidade, dentro de cada conglomerado.

A tabela 1, a seguir, apresenta o número de municípios definidos para cada estado e o percentual relativo ao total da amostra que ficou definida em 382 municípios.

Tabela 1: Amostra definida por Estado da Região Nordeste

Estado	Nº de Municípios	Percentual de Municípios
Sergipe	14	3,7
Bahia	108	28,3
Piauí	21	5,5
Rio Grande do Norte	22	5,8
Alagoas	20	5,2
Paraíba	28	7,3
Pernambuco	65	17,0
Maranhão	48	12,6
Ceará	56	14,7
Total	382	100%

Fonte: Pesquisa, 2014

Para cada município, definido pela amostra, estava previsto entre oito e dez entrevistas. Além do Secretário de Educação, foram entrevistados os membros do Conselho do Fundeb, em cada uma das representações que o compõe: Presidente do Conselho do Fundeb ou Vice-Presidente; representante do governo; representante dos pais dos alunos; representante dos estudantes; representantes dos professores da rede pública da educação básica; representante dos diretores da pública da educação básica; representante dos servidores da pública da educação básica; representante do Conselho Tutelar e representante do Conselho Municipal de Educação.

No recorte feito para este artigo selecionamos das 50 questões apresentadas aos participantes, seis questões de perfil e cinco questões específicas sobre o uso dos recursos do Fundeb para a Educação Infantil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Entre os 382 secretários consultados, 64,1% são professores, 68,8% são do sexo feminino, sendo que o mais jovem tem 20 anos e o mais idoso tem 76 anos,

perfazendo uma média de idade da ordem de 46 anos e dos 2605 conselheiros, 50,1% são professores, sendo 71,5%, sendo o mais jovem de 13 anos e o mais idoso com 72 anos, perfazendo uma média de idade da ordem de 40 anos.

Tabela 2: Distribuição dos entrevistados quanto ao gênero

Gênero	Nº de Secretários	% de Secretários	Nº de Conselheiros	% de Conselheiros
Feminino	263	68,8	1863	71,5
Masculino	119	31,2	742	28,5
Total	382	100%	2605	100%

Fonte: Pesquisa, 2014

Em relação à escolaridade, 52,6% dos secretários e 34,4% dos conselheiros é especialista, tendo ainda 9,9% dos secretários e 1,3% dos conselheiros com Mestrado ou Doutorado. Entretanto, registra-se que, na amostra, havia 24 (6,3%) secretários e 965 (37%) conselheiros sem curso de graduação.

Tabela 3: Escolaridade dos Secretários e Conselheiros da amostra

Maior Escolaridade	Nº de Secretários	% de Secretários	Nº de Conselheiros	% de Conselheiros
Fundamental incompleto	3	0,8	95	3,6
Fundamental completo	-	-	57	2,2
Médio incompleto	1	0,3	113	4,3
Médio completo	8	2,1	455	17,5
Superior incompleto	12	3,1	245	9,4
Superior Completo	115	30,1	701	26,9
Especialização	201	52,6	896	34,4
Mestrado	26	6,8	22	0,8
Doutorado	12	3,1	14	0,5
Não respondeu	4	1,0	07	0,3
Total	382	100%	2605	100%

Fonte: Pesquisa, 2014

Em relação ao tempo em que o mesmo está atuando no cargo ou no conselho variou entre um mês e 264 meses, resultando em uma média de 27,1 meses, ou seja, aproximadamente 2,3 anos. A tabela 3, a seguir, detalha melhor o tempo em que os entrevistados estão à frente da Secretaria de Educação do município ou como membro do Conselho Municipal de Educação, indicando que 70,4% dos secretários e 77,8% dos conselheiros está há menos de dois anos na função.

Tabela 4: Tempo de atuação dos entrevistados como Secretários e Conselheiros municipais

Tempo no cargo em anos	Nº de Secretários	% de Secretários	Nº de Conselheiros	% de Conselheiros
Menos de 1 ano	79	20,7	782	30,0
1 — 2	190	49,7	1246	47,8
2 — 3	32	8,4	320	12,3

3 — 4	12	3,1	66	2,5
4 — 5	8	2,1	63	2,4
Mais de 5 anos	48	12,6	27	1,0
Não sabe/Não respondeu	13	3,4	101	3,9
Total	382	100%	2605	100%

Fonte: Pesquisa, 2014

Quando questionados se já haviam exercido a função anteriormente, 261 secretários afirmaram que sim, sendo assim, a primeira experiência na função para 68,3% entre os secretários entrevistados.

O principal empregador dos Secretários de Educação é a prefeitura municipal, responsável pelos vencimentos de 78,8% dos entrevistados. Entretanto 15,4% estão ligados ao governo do Estado ou ao governo Federal.

Tabela 5: Principal empregador dos Secretários de Educação

Principal empregador	Nº de Secretários	% de Secretários
Prefeitura Municipal	301	78,8
Governo do Estado	55	14,4
Governo Federal	4	1,0
Iniciativa Privada	5	1,3
Sem Vínculo	2	0,5
Aposentado	6	1,6
Não sabe/Não respondeu	9	2,4
Total	382	100%

Fonte: Pesquisa, 2014

Tabela 6: Segmentos representados pelos Conselheiros do Fundeb

Representação	Nº de Conselheiros	% de Conselheiros
Governo (Prefeitura/secretaria)	505	19,4
Professores	391	15,0
Diretores das Escolas Públicas	364	14,0
Pais de Alunos	339	13,0
Servidores das Escolas Públicas	215	8,3
Alunos	155	6,0
Conselho Municipal da Educação	259	9,9
Conselho Tutelar	144	5,5
Outros	233	8,9
Total	2605	100%

Fonte: Pesquisa, 2014

3.2. O USO DOS RECURSOS DO FUNDEB NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A seguir estão apresentados os resultados das questões específicas sobre a utilização dos recursos do Fundeb na Educação Infantil, segundo a percepção dos secretários e conselheiros de educação. Quando questionados se os recursos do

Fundeb têm sido utilizados para a **ampliação do atendimento** da Educação Infantil, 84% dos secretários e 49,8% dos conselheiros afirmaram que sim.

Tabela 7: Utilização dos recursos do Fundeb para a ampliação do atendimento na Educação Infantil

Respostas	Nº de Secretários	% de Secretários	Nº de Conselheiros	% de Conselheiros
Sim	321	84,0	1297	49,8
Não	60	15,7	1124	43,1
Não sabe/Não respondeu	1	0,3	184	7,1
Total	382	100%	2605	100%

Fonte: Pesquisa, 2014

Dentre os 321 secretários e 1297 conselheiros que confirmaram a ampliação do atendimento na Educação Infantil com recursos do Fundeb, 92,2% dos Secretários Municipais e 84,6% dos conselheiros afirmam que estão sendo utilizados para aumento de número de matrículas em instituições públicas. A tabela 9 detalha suas respostas.

Tabela 8: Formas da ampliação do atendimento da Ed. Infantil com os recursos do Fundeb

Formas de ampliação indicadas	Nº de Secretários	% de Secretários	Nº de Conselheiros	% de Conselheiros
Aumentando o número de matrículas em instituições públicas	296	92,2	1097	84,6
Reformas, ampliação e manutenção das escolas	6	1,9	24	1,9
Compra de material didático	6	1,9	11	0,8
Contratação e formação de professores	5	1,6	16	1,2
Aumentando o número de matrículas em instituições conveniadas	4	1,2	31	2,4
Construção de creches e pré-escolas	3	1,2	16	1,2
Não sabe/Não respondeu	1	0,3	78	6,0
Total	321	100%	1297	100%

Fonte: Pesquisa, 2014

Quando a pergunta se relaciona com a utilização dos recursos do Fundeb para **a melhoria da qualidade** do atendimento da primeira etapa da educação básica há um aumento nas respostas positivas, com 92,7% dos secretários e 84,6% dos conselheiros confirmando este investimento.

Tabela 9: Uso do Fundeb para a melhoria da qualidade do atendimento na Educação Infantil

Respostas	Nº de Secretários	% de Secretários	Nº de Conselheiros	% de Conselheiros
Sim	354	92,7	2086	80,1
Não	28	7,3	379	14,5
Não sabe/Não respondeu	-	-	140	5,4
Total	382	100%	2605	100%

Fonte: Pesquisa, 2014

A forma como os recursos do Fundeb foram utilizados, para a melhoria da qualidade do atendimento, na percepção dos 354 secretários e 2086 conselheiros municipais que confirmaram esta melhoria, estão apresentadas na tabela 10.

Dentre os Secretários Municipais, um percentual maior (37,3%) considerou que os recursos foram direcionados para a formação continuada dos profissionais na área específica da educação infantil, enquanto que os conselheiros consideram, em sua maioria (29,6%), que os recursos foram utilizados para a melhoria das condições salariais dos profissionais desta etapa. Como a questão foi estimulada e aberta, cada entrevistado pode indicar mais de um item.

Tabela 10: Melhoria da qualidade do atendimento da Ed. Infantil com o uso do Fundeb

Formas de melhoria indicadas	Nº de Secretários	% de Secretários	Nº de Conselheiros	% de Conselheiros
Apoiando a formação continuada dos profissionais na área específica da Educação Infantil.	132	37,3	565	27,1
Melhorando as condições salariais dos profissionais de Educação Infantil	112	31,6	617	29,6
Promovendo a manutenção das estruturas físicas das instituições.	95	26,8	493	23,6
Possibilitando a compra de materiais didáticos para essa faixa etária.	69	19,5	414	19,9
Outros: Abertura de creches, construção e ampliação de creches e pré-escolas.	5	1,4	-	-

Fonte: Pesquisa, 2014 (Questão estimulada e de múltipla resposta)

Quando questionados sobre a utilização dos recursos do Fundeb para a promoção de **melhorias no atendimento da Educação Infantil no campo**, 86,9% dos secretários e 67,6% dos conselheiros confirmaram este investimento.

Tabela 11: Uso do Fundeb para melhorias no atendimento da Educação Infantil no campo

Respostas	Nº de Secretários	% de Secretários	Nº de Conselheiros	% de Conselheiros
Sim	332	86,9	1760	67,6
Não	44	11,5	446	17,1
Não sabe/Não respondeu	6	1,6	399	15,3
Total	382	100%	2605	100%

Fonte: Pesquisa, 2014

Quanto à forma desta utilização, para quem respondeu afirmativamente, a questão foi aberta e cada entrevistado poderia indicar mais de uma forma que julgasse necessário. As respostas foram agrupadas segundo as seguintes categorias:

- Investimento em Infraestrutura: construção e reforma de creches e pré-escolas;
- Investimento em professores e profissionais de educação;
- Ampliação de vagas;
- Aquisição de material didático compatível com a faixa etária;
- Acompanhamento pedagógico;
- Aquisição de mobiliário e equipamentos;
- Melhoria da qualidade da merenda escolar;
- Melhoria da qualidade do transporte escolar.

Apesar da merenda e do transporte escolar estarem ligados a programas do MEC, financiadas pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, estas respostas foram contabilizadas conforme os secretários responderam, ou seja, os secretários sinalizaram que os recursos do Fundeb foram utilizados para a merenda escolar e transporte escolar e isto pode indicar duas coisas: ou o secretário se equivocou quanto à fonte do recurso ou os municípios estão complementando os custos com a merenda escolar e transporte escolar com os recursos do Fundeb.

Esta informação também indica que o investimento em transporte escolar para a Educação Infantil é considerado uma melhoria por 4,5 dos entrevistados se contrapondo às reivindicações dos movimentos sociais do campo em relação ao uso do transporte escolar para o acesso à escola, por crianças tão pequenas.

A tabela 12 a seguir apresenta as respostas dos entrevistados distribuídas nas categorias criadas. Os percentuais foram calculados sobre os 332 secretários e 1760 conselheiros que afirmaram que houve melhorias.

Tabela 12: Formas como os secretários e os conselheiros percebem a melhoria da qualidade do atendimento da Educação Infantil com o uso dos recursos do Fundeb no campo

Formas de melhoria indicadas		Nº de Secretários	% de Secretários	Nº de Conselheiros	% de Conselheiros
Reforma, manutenção, ampliação, investimento na infraestrutura das escolas		115	34,6	389	22,1
Aquisição de material didático adequado à faixa etária		89	26,8	235	13,4
Professores e profissionais da educação	Contratação de novos profissionais	7	2,1	16	0,9
	Formação continuada	46	13,9	232	13,2
	Melhorias nos salários	26	7,8	69	3,9
Melhorias no transporte escolar		30	9,0	223	12,7
Construção de creches e pré-escolas		21	6,3	66	3,8
Melhoria na qualidade da merenda escolar		15	4,5	101	5,7
Ampliação das vagas para creche e pré-escola		10	3,0	25	1,4
Acompanhamento pedagógico e construção de proposta pedagógica específica para o campo		6	1,8	15	0,9
Aquisição de mobiliários e equipamentos		6	1,8	11	0,6

Fonte: Pesquisa, 2014. (Questão estimulada e de múltipla resposta)

Segundo os participantes da pesquisa, quando os recursos do Fundeb são utilizados para a Educação Infantil no campo, estes estão sendo utilizados prioritariamente para a reforma, manutenção e infraestrutura das creches e pré-escolas já existentes, com 34,6% dos secretários e 26,1% dos conselheiros as indicações, seguido pela aquisição de material didático adequado à faixa etária, com 26,8% das indicações pelos secretários e 13,4% dos conselheiros. A valorização dos profissionais da educação foi apontada por 23,8% dos secretários e 19% dos conselheiros entrevistados como forma de investimento deste recurso na melhoria da qualidade do atendimento para esta etapa da educação básica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa indicaram que os secretários têm uma concepção mais positiva quanto ao uso dos recursos do Fundeb na Educação Infantil que os conselheiros.

Segundo os secretários participantes da pesquisa, o investimento destinado à Educação Infantil foi dirigido tanto à ampliação do atendimento, principalmente

para o aumento do número de matrículas em escolas públicas, quanto à melhoria da qualidade do atendimento, com maior volume de recursos para a valorização dos profissionais da Educação Infantil, principalmente no apoio à formação continuada dos profissionais na área específica desta etapa de ensino.

Entre os conselheiros, houve uma divisão de opiniões quanto à destinação dos recursos para a ampliação do atendimento. Cerca de metade desses participantes não considera que houve recursos para tal fim. Entre os que acharam que os recursos do Fundeb foram utilizados para a ampliação do atendimento, observa-se uma concordância com a opinião da maioria dos secretários de que esse investimento favoreceu ao aumento do número de matrículas. Esse grupo de participantes também concorda com a maioria dos secretários quanto ao emprego de verbas do Fundeb para a melhoria da qualidade mas destaca o aumento das condições salariais dos profissionais de educação.

No que se refere à especificidade da Educação Infantil no campo, tanto secretários como conselheiros revelaram ter sido investido recursos para a melhoria do atendimento principalmente na reforma, manutenção, ampliação das escolas.

Esses resultados revelam uma percepção de secretários e conselheiros quanto à necessidade de recursos para a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da Educação Infantil. A visão positiva dos participantes, apesar da diferença das informações oriundas dos dados oficiais que se mostram muito negativas para essa etapa do ensino, parece apontar para uma sensibilização para a prioridade do investimento na Educação Infantil.

Como conclusão, este estudo dialoga com estudos anteriores que apontam para a priorização dos investimentos dos municípios no ensino fundamental, etapa compartilhada entre municípios e estado, mesmo considerando que as vagas nas creches ainda são insuficientes, embora seja de responsabilidade do poder local, dos municípios. Por fim, estudos que tragam para a discussão as concepções de gestores são importantes, uma vez que para a implantação de uma política de inclusão das crianças pequenas na Educação Infantil, faz-se necessário uma mudança cultural na concepção dos diferentes atores e segmentos da sociedade sobre o direito da criança a um atendimento educacional de qualidade.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, M. C. S; GEHLEN, I; FERNANDES, S. B. A oferta e a demanda de Educação Infantil no campo: um estudo a partir de dados primários. In BARBOSA, Maria Carmem Silveira (Org). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012, p.71-106.

BASSI, M. E. Financiamento da Educação Infantil em seis capitais brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, v.41, n.142. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 116-141, 2010.

BEKER, F. da R. Educação Infantil no Brasil a perspectiva do acesso e do financiamento. **Revista Iberoamericana de Educação**, n.47. Madri: OEI, p.141-155, 2008.

BISQUERRA, R; SARRIERA, J.C.; MARTÍNEZ, F. *Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. Lei n. 11.494. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ementa Constitucional nº 59. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014

CAMPOS, M. M.; FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n. 127, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p.87-128, 2006.

CASTRO, J. A. de C. BARRETO, Â. R. Financiamento da Educação Infantil: desafios e cenários para a implementação do Plano Nacional de Educação. **Texto para Discussão**, n. 965. Brasília: IPEA, 2003.

GASPAR, M. de L. R. Os impactos do FUNDEB na Educação Infantil brasileira: oferta, qualidade e financiamento. **Evidência**. n. 6. Araxá: Uniaraxá, p.121-136, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Resultados do universo**. <http://www.ibge.gov.br>. (Acessível em 20 de dezembro de 2011).

JESUS, W. F. de. (2008). O financiamento a Educação Infantil não é brincadeira de criança: entre a ausência do FUNDEF e a insuficiência do FUNDEB? **Interação**. n. 33, v.2, (p.281-296). Goiânia: Faculdade de Educação da UFG.

PINTO, J. M. de R. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação e Sociedade**. Campinas: CEDES, p.77-97, 2007.

Sobre as organizadoras

MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

SANDRA APARECIDA MACHADO POLON Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

Sobre os autores

ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: ale2013oliveira@gmail.com

ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

AMANDA MAXIMO SILVA Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: amanda_maximo@hotmail.com

ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

ANA PAULA SOUZA BÁFICA Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: bartolomeu.sousa@gmail.com

CLAUDIA ALVES DA SILVA Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: claudioof@gmail.com

DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: darlucea@hotmail.com

EDNACELI ABREU DAMASCENO Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e

saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: ednaceli@yahoo.com.br

EMILLY GANUM AREAL Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

GERMANA COSTA PAIXÃO Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: germana.paixao@uece.br

GILDECI SANTOS PEREIRA Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: gil.bela@hotmail.com

HERCULES GUIMARÃES HONORATO Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

IRANDI PEREIRA Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade

em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: irandip@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

JANE RANGEL ALVES BARBOSA. Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

JORGE FERNANDES Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: nelson.arruda@uece.br

JUCELI BENGERT LIMA Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: juceli.bengert@fundaj.gov.br

LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: liviacristinarr@hotmail.com

LÚCIA DE FÁTIMA MELO Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

LUIS CARLOS SALES Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

LUZINETE BARBOSA LYRIO Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

MANOEL ZÓZIMO NETO Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: noadia.pereira@ufu.br

ODETE DA CRUZ MENDES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: patricia.simoese@fundaj.gov.br.

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: raicribeiro@ig.com.br

ROSA ELISA MIRRA BARONE Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: rebarone@uol.com.br

ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: rosecleinarsufmt@gmail.com

SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-49-3



9 788593 243493